

Metodologias Participativas no Pós Ocupação do Minha Casa Minha Vida: Experiência De Mutirões Em Campinas

Gabrielle Astier de Villatte Wheatley Okretic

Programa de de Pós Graduação em Urbanismo (Posurb) – Campinas – PUCCampinas

Laura Machado de Mello Bueno

Programa de de Pós Graduação em Urbanismo (Posurb) – Campinas – PUCCampinas

Resumo

Em 2009 é aprovado como Lei (nº11.977) o Programa Minha Casa Minha Vida, dando a possibilidade para milhões de brasileiros melhorarem sua condição habitacional através da casa própria. Hoje, quase dez anos após essa aprovação, essa já é uma realidade consolidada para muitas famílias, constituindo-se importante de olhar para elas. Existem muitas críticas, tanto pelos moradores¹ como em trabalhos acadêmicos (FERREIRA, 2012; DIAS e CASTELO, 2013) acerca desse modelo de habitação, tanto em termos construtivos como de inserção urbana. Devido às muitas reclamações sobre essas moradias, a Caixa Econômica Federal, através do Fundo Sócio Ambiental, criado em 2010 lançou o Programa DIST – Desenvolvimento Integrado Sustentável de Territórios. Sustentado por quatro pilares principais: Governança Territorial, Dinamização Econômica, Produção Sociocultural e Gestão Ambiental, o DIST apresenta-se como um programa bastante ambicioso no sentido de buscar a integração dos moradores dos residenciais e fazer com que criem laços sociais e desenvolvam um senso de comunidade, e consigam melhorar as suas vidas nesses novos locais. Em Campinas foram entregues diversos empreendimentos financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida, porém destacamos aqui três desses que são os que possuem maior número de famílias e problemas de dimensões mais complexas, são eles: Jardim Bassoli, com 2.380 unidades, Residencial Sirius, com 2.620 unidades e Vila Abaeté, com 1.888 unidades. O primeiro a ser entregue foi o Jardim Bassoli (entre 2009 e 2011), em seguida o Residencial Sirius (a partir de 2012) e o mais recente, a Vila Abaeté que foi entregue entre 2014 e 2015. Os três residenciais estão sendo beneficiados pelo DIST, aprovado em 2016, sendo que o Bassoli está sendo contemplado pela segunda vez (foi contemplado em 2014). Um dos critérios para a seleção dos empreendimentos para receber o DIST, é o número de reclamações que possui através do 0800 fornecido pela CAIXA. Os critérios para seleção das entidades que são contratadas para os projetos do DIST são: Produção e aplicação de conhecimento sobre o tema (realização de pesquisas ou estudos sobre desenvolvimento territorial; elaboração e aplicação de metodologia de desenvolvimento territorial); Experiência prática no desenvolvimento territorial sustentável (quantidade, porte e resultados alcançados em projetos de desenvolvimento territorial; experiência dos profissionais vinculados à entidade); e

¹ GLOBO, jornal EPTV. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/jornal-da-eptv/videos/v/moradores-do-jardim-bassoli-reclamam-de-apartamentos-entregues-em-campinas/2332726/>

Consistência institucional (tempo de existência da entidade, aspectos administrativo-operacionais, experiências e vínculos dentro e fora da região territorial envolvida) (Guia de Referência: Implementação de Projetos DIST, 2016). A entidade selecionada, através de Edital, para executar os trabalhos nos territórios em Campinas foi o Instituto Elos² em parceria com a empresa estruturante Demacamp³, com a proposta “DIST Campinas - Uma Escola de Transformação para Comunidades Empreendedoras”. Desde junho de 2016, essa parceria vem desenvolvendo trabalhos nos territórios, sendo que o primeiro semestre consistiu na elaboração de um diagnóstico urbanístico das comunidades na escala do bairro, analisando a inserção urbana, atendimento de serviços e equipamentos públicos, escolas, creches, sistema de transporte, entre outros. Em janeiro do ano de 2017, foi validado junto aos moradores de cada condomínio, as informações coletadas através de fontes secundárias. Em um terceiro momento foram realizadas vivências em cada residencial com o objetivo de incentivar a comunidade a se unir e realizar atividades coletivamente. E serão essas experiências, as dos mutirões que serão descritas aqui como podemos atuar de forma participativa e colaborativa de modo que a comunidade se sinta parte do processo, e os resultados parciais dessas vivências nos territórios.

Introdução

A urbanização do Brasil é um fenômeno recente se comparado ao que ocorreu em países europeus e asiáticos. Apresentou intenso processo de urbanização, especialmente na segunda metade do século XX. A concentração populacional brasileira se distribui na forma de metrópoles, cidades grandes e médias.

No Brasil, não se pode dizer que não há planejamento urbano nas cidades. Muito pelo contrário, temos leis e planos em abundância, mas como aponta Ferreira, é fácil constatar que o planejamento foi feito privilegiando alguns grupos sociais (FERREIRA, 2011). Os planos diretores⁴ por sua vez, não orientam os investimentos públicos e privados. A terra urbana é definida quase que exclusivamente como uma mercadoria e muito excepcionalmente é abordada segundo sua função social. Mesmo com a aprovação do Estatuto da Cidade⁵, em 2001, que pode ser considerado um grande avanço, ainda temos um longo caminho a percorrer em termos de avanços. Como aponta Ribeiro:

² O Instituto Elos é organização de Santos com 16 anos de experiência em formação e mobilização comunitária. (<http://institutoelos.org>)

³ A Demacamp é uma empresa de Campinas que desenvolve projetos na área de Meio Ambiente e Habitação e Urbanismo desde 1999.

⁴ Toda cidade brasileira com mais de 20 mil habitantes tem a obrigatoriedade de se fazer um Plano Diretor.

⁵ Lei que estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade.

Esse importante instrumento de regulação da vida urbana carece de regulamentação, apesar de prever medidas interessantes como os estudos de impacto de vizinhança e a participação popular na gestão da cidade, ainda não ganhou capilaridade na sociedade brasileira. (Ribeiro, 2008, p. 300).

Esse processo advém de uma urbanização pautada por interesses privados em detrimento das necessidades de muitos, que acabam por ficar excluídos dos benefícios da “cidade formal”. Tornam-se reféns de uma vida que busca a sobrevivência individual sem a oportunidade de desenvolver outras capacidades pessoais, quando se trata de alternativas para população de baixa ou sem renda. Criar possibilidades para que todos tenham a capacidade de atingir ao seu máximo potencial humano integra-se ao conceito de uma urbanização saudável, capaz de criar essa atmosfera, supridas as necessidades básicas, como alimento, vestuário, centros de educação e saúde de qualidade, acessibilidade, meios de transporte adequados e trabalho, para uma vida digna.

É evidente que há necessidade de se buscar novas soluções para o processo de desenvolvimento urbano. Vivemos em um mundo onde os grandes centros urbanos são super povoados e globalmente interligados, com problemas ambientais, sociais, culturais e econômicos que não podem ser interpretados isoladamente. Nosso modo de vida deve ser repensado em relação ao impacto que causa no meio ambiente e na sociedade como um todo⁶. Em meio a todos os desafios impostos pelo modelo que estamos reproduzindo como urbano podemos encontrar grandes oportunidades para realizar significativas mudanças. Estas, mais do que alternativas, mostram-se cada vez mais necessárias.

O direito à cidade no Brasil: contexto político e política habitacional recente

A Constituição de 1988 define o regime político democrático representativo e participativo, bem como a subordinação do direito da propriedade a sua função social. O Estatuto das Cidades – Lei 10.257/2001, ao regulamentar esses preceitos, já havia estipulado, entre suas diretrizes gerais, a necessidade de garantir o “direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e as futuras gerações” (Artigo 2, Lei 10.257/2001).

⁶ <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,camara-derruba-decreto-de-conselho-popular-de-dilma,1584579>, de 24 outubro de 2014. acesso em 19 maio de 2017.

Harvey (1980) aponta que a valorização exacerbada da propriedade imobiliária tem subtraído o direito à cidade e empurrado as pessoas de classe mais baixa para a periferia. Como resultado desse processo, aqueles que trabalham em áreas centrais, ou com mais infraestrutura, não têm condições de viver nessas áreas. O elevado valor da terra incide sobre o custo final da moradia, tornando-a ainda mais inacessível a essas famílias, as quais acabam encontrando uma solução para seu problema habitacional no mercado informal

Poderíamos dizer então, que, uma cidade mais sustentável, é uma cidade onde a população participa, decide e planeja sua cidade junto com as autoridades locais, tendo em conta suas capacidades e recursos; que possui um administrador público competente e responsável que garante uma urbanização sustentável com a participação de todos os grupos populares; onde sua população vive em residências adequadas e bairros providos de infraestrutura adequada (abastecimento de água, saneamento básico, eletricidade, drenagem e ruas/estradas em boas condições e serviços de transporte público adequado) e serviços básicos.

Para influir nestas políticas, a gestão democrática da cidade deve prever e estimular a participação de atores sociais nas decisões relativas à gestão e ao planejamento da cidade – tais como nos planos diretores de desenvolvimento urbano, em conselhos, em reuniões de Orçamento Participativo, etc.

Particularmente o financiamento público das políticas de infraestrutura e de habitação tem forte dependência de recursos federais no Brasil. Assim, vem sendo implementados leis federais e planos nacionais – Saneamento (2007), Resíduos Sólidos (2010), Habitação Social (2005 e 2009).

As leis e planos nacionais procuram promover uma cultura de planejamento na ação pública, preconizando a exigência de planos locais – estaduais e municipais para aprovação de recursos financeiros de âmbito federal.

André Singer (2012) denomina a política deste período “reformismo fraco”, no qual poucos grandes investimentos públicos aquecem o capital industrial e o comércio, e poucos embates são travados com o capital financeiro. A política de governo por coalizão com diversos partidos políticos, torna desnecessária a mobilização social para aprovação no Congresso Nacional da pauta de interesse governamental. Os movimentos populares e sindicais desmobilizam-se e a despolitização popular no contexto ideológico neoliberal viceja. A

ampliação do mercado de trabalho e do acesso ao subsídio e ao crédito educativo são interpretados pela população como conquistas pessoais decorrentes do esforço individual, familiar ou apoio da comunidade.

David Harvey ressalta que a identidade, a cidadania e os ideais de pertencimento urbano são cada vez mais difíceis de sustentar, devido ao ataque constante fundamentado nos ideias neoliberais. (Harvey, 2011).

Por outro lado, a estrutura federativa do país, consagrada também na Constituição, reconhece o município como ente federativo autônomo com atribuição na política de desenvolvimento urbano, expansão urbana, propriedade ociosa, (através do Plano Diretor) e assuntos de interesse local, o que embasa a necessidade de processos participativos mais próximos aos locais de moradia e vida cotidiana dos cidadãos e atores sociais.

A questão habitacional no Brasil hoje enfrenta desafios maiores e de diferentes naturezas do que há poucos anos atrás. A partir da criação do Ministério das cidades, em 2003, foram estruturadas políticas e programas voltados para a moradia. O Programa de Aceleração do Crescimento- obras sociais (PAC-obras sociais) voltava-se a obras de saneamento e de urbanização de favelas, bem como construção de unidades para remover famílias com moradia precárias ou em locais com risco de enchente ou deslizamento, Os projetos tinham que ser apresentados pelos governos municipais. .

A fragilidade administrativa e operacional de muitas prefeituras e as exigências técnicas, administrativas e financeiras para aprovação dos contratos e pagamentos criaram gargalos nos órgãos federais Em especial, a Caixa Econômica Federal (que com o fim do Banco Nacional e Habitação em 1986) passou a ser o agente financeiro dos grandes programas de habitação e saneamento do país.

A partir de 2008, o mundo entra num contexto de grave crise econômica internacional desencadeada pela crise dos títulos podres do sistema bancário de diversos países. A crise financeira mundial proporcionou uma conjuntura interna de maior proatividade entre o setor empresarial e o governo federal Assim, setores do empresariado da Construção Civil apresentaram uma proposta de novo Programa, “Minha Casa Minha Vida” ao governo federal, como uma estratégia de reduzir ou atrasar o impacto social e econômico de uma possível recessão mundial. O Programa foi aprovado na Lei federal nº 11.977/09. A proposta elaborada pelas grandes empreiteiras tinha como objetivo macroeconômico manter a economia aquecida.

Além disto, tinha grande apelo social devido ao crônico problema habitacional brasileiro. Conforme as faixas de renda foram definidos subsídios que beneficiavam diretamente o beneficiado, descontando-se do preço da unidade. Apresentou grande número de obras, sendo um dos programas mais populares do governo federal.

Quadro 1 - Número de unidades produzidas no Programa MCMV – Brasil

Fonte: Dias e Castelo(2013)

Faixas de renda do Programa	Unidades contratadas (fase 2)	Unidades concluídas (fases 1 e 2)
faixa 1 até 1600 reais	532948	601900
faixa 2 1600 a 3275	669811	465949
faixa 3 3275 a 5000reais	142363	45945
TOTAL	1345120	1113794

É digno de nota que, apesar da crise mundial, no Brasil temos um quadro crescente de criação de empregos. A construção civil foi responsável por 1,58 milhões de empregos durante 2007 e por 2, 69 milhões em 2011. (Gonçalves e Castelo, 2013)

O Programa Minha Casa Minha Vida, apresenta características operacionais bem diferentes dos programa anteriores. Nele, a empresa construtora é a principal agente de operacionalização da produção habitacional. Ela é responsável pela entrega do produto pronto, que é adquirido pela Caixa Econômica Federal, que recebe as prestações dos compradores. Assim, a empresa define a localização e aquisição do terreno, o tipo de empreendimento (loteamento ou condomínio), o projeto urbano e habitacional. À Prefeitura Municipal cabe aprovar o empreendimento e, após as obras, dar o habite-se.

A implementação do Programa Minha Casa Minha Vida, que buscou diminuir o deficit habitacional, permitiu a muitas pessoas, que antes não tinham onde morar e nem perspectivas de compra ou financiamento de casa própria, ter uma moradia. Se por um lado esse programa ofereceu oportunidades para muitas famílias de um habitar, por outro lado esse novo modelo de reprodução habitacional peca em aspectos fundamentais quando deixa de levar aspectos básicos em consideração, como por exemplo, a não atenção a inserção urbana dessas habitações, existência de equipamentos básicos, serviços, a relação entre o tamanho da unidade e a família. Estudos recentes abordam os problemas relacionados à localização dos empreendimentos, ao modelo urbanístico e arquitetônico e à de falta de identidade dos moradores com o lugar.

Desenvolvimento Integrado Sustentável de Territórios – DIST

Em busca de conferir sustentabilidade aos empreendimentos produzidos pelo programa e tendo como oportunidade a existência de recursos do Fundo Socio Ambiental para o financiamento destas ações, a CAIXA Econômica Federal lançou o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território (DIST), para realizar ações que promovam o desenvolvimento e a sustentabilidade das comunidades conjuntos habitacionais do Minha Casa Minha Vida.

O DIST busca integrar, levar políticas públicas e promover o desenvolvimento da comunidade para alcançar sua independência, apoiando medidas para educação, geração de renda e gestão ambiental.

O DIST funciona por meio de parcerias firmadas pela CAIXA com entidades públicas e privadas – uma ONG, empresa ou mesmo a prefeitura - que estejam envolvidas com as comunidades atendidas. Primeiramente, a CAIXA seleciona uma empresa ou organização envolvida com a comunidade e convida para fazer o trabalho de atuar junto àqueles moradores. (trecho retirado do site da caixa⁷)

Os projetos têm 24 meses para realização, prevendo treinamentos de pessoas da comunidade para exercerem a função de liderança, esclarecimentos aos moradores sobre, por exemplo, como viver em um condomínio, noções de gestão ambiental, como a separação do lixo e utilização racional da água. Esses trabalhos são complementados com programas de qualificação profissional.

O MCMV e o DIST em Campinas

Entre 2011 e 2015 foram entregues três grandes empreendimentos do MCMV destinados a população de baixa ou sem renda em Campinas. O Jardim Bassoli, com 2380 unidades habitacionais, o Residencial Sirius, com 2620, e o Residencial Vila Abaeté, com 1888.

Reforçando a já histórica segregação socioespacial, dois desses conjuntos estão localizados na região sudoeste, conhecida com região do Campo Grande, onde já há a maior concentração de população de baixa renda e carência de diversos serviços públicos⁸. O Abaeté

⁷ www.caixa.gov.br

⁸ Segundo dados do Plano Municipal de Campinas, elaborado em 2011, a Macrozona 05, onde está inserida a Região do Campo Grande possui 78 assentamentos precários, incluindo favelas, ocupações e loteamentos irregulares o que corresponde a 33,3% do total dos assentamentos precários na cidade.

localiza-se próximo ao aeroporto Viracopos, no sul da cidade e faz divisa com a área rural do município.

Devido aos desafios supracitados, como a dificuldade de senso de pertencimento dos moradores em relação ao entorno, entre outros problemas, os três conjuntos foram selecionados para o DIST. O DIST I foi realizado a partir de 2014 pelo consórcio DEMACAMP- Instituto Pólis no Jardim Bassoli (primeiro empreendimento a ser entregue e habitado). O DIST II Está sendo realizado nos dois conjuntos mais recentes, pelo consórcio DEMACAMP- Instituto Elos. Neste artigo será tratada a primeira etapa da experiência do DIST II no Residencial Sirius e na Vila Abaeté.

Reconhece-se como fatores comuns a todos os condomínios uma considerável heterogeneidade entre os moradores, tanto em termos de renda, escolaridade e inserção no mundo do trabalho, e a baixa organização em associações e movimentos sociais, bem como a não experiência neste tipo de moradia (verticalizadas e sob administração coletiva, condominial).

A estratégia implementada propôs inovar a ação junto às comunidades partindo da articulação entre duas grandes vertentes de ação: a realização de uma leitura técnica do território e sua conexão com a cidade, através da análise rigorosa e detalhada de aspectos urbanísticos, econômicos, ambientais e sociais associada a um trabalho de mobilização social que tem como estratégia para unir pessoas o reconhecimento e valorização dos talentos e sonhos das comunidades.

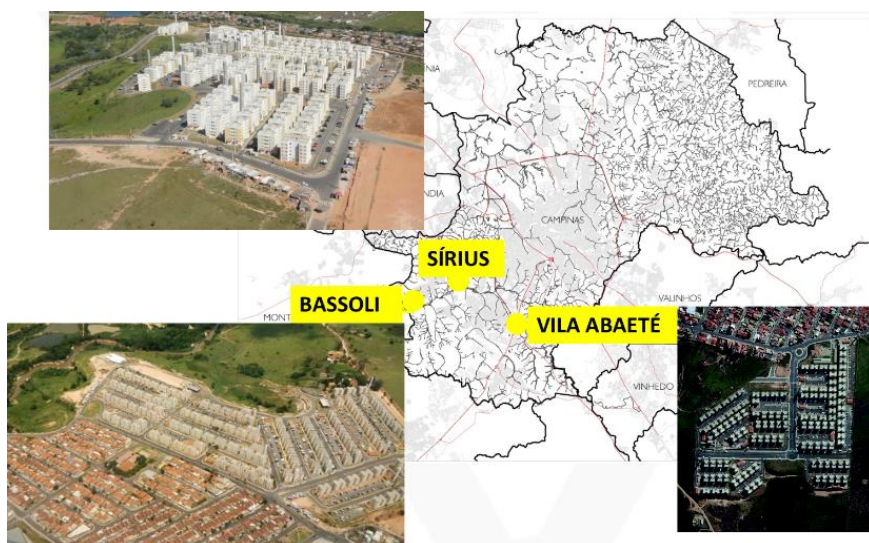


Figura 1

DIST II – Escola de Transformação para comunidades empreendedoras: parceria Elos- Demacamp

Em 2016 foi aberta nova seleção pública, sendo aprovado o segundo projeto o “DIST II Campinas - Uma Escola de Transformação para Comunidades Empreendedoras” , proposto pelo Instituto Elos em parceria com a Demacamp, com o objetivo de atuar nos outros dois grandes empreendimentos do MCMV: Residencial Sirius e Vila Abaeté.

A Demacamp realizou o diagnóstico urbanístico, como parte inicial do programa. Feito o diagnóstico, foi feita a mobilização social junto à comunidade, sob a responsabilidade do Instituto Elos. A grande inovação trazida por essa nova parceria é justamente a Filosofia Elos, criada pelo Instituto.

Filosofia Elos de Transformação

A Escola de Transformação desenhado dentro da Filosofia Elos, busca criar um cenário de abundância, reconhecer os talentos e recursos disponíveis para transformar sonhos coletivos em realidade.

“A semente da transformação brota nas relações e no compartilhamento de sonhos, que fluem por meio do reconhecimento da abundância e da valorização do poder de cada um aqui e agora, e se manifestam em ações conjuntas que nutrem de beleza, alegria e prazer a realização do melhor mundo para todos.” (trecho retirado do manual do participante – Instituto Elos)

Tirando o foco das carências do bairro, e buscando um olhar apreciativo, a Filosofia Elos carrega em sua essência a busca do aprimoramento pessoal para realização de sonhos coletivos por meio do: entusiasmo; movimento; diversidade; interconexão, abundância; e materialização. Entendendo que todo ser humano tem em si a predisposição para o bem, e que a atitude de oferecer o seu melhor e colocar-se em movimento, pode propagar e desencadear uma força capaz de transformar o mundo. Outra crença da filosofia é a de que na diversidade encontramos sonhos comuns e decidimos agir juntos, em comunhão, temos a capacidade de realizar o que aparenta ser impossível, entendendo que fazemos parte de um mesmo universo e estamos todos conectados. Sobre os recursos, são abundantes e estão disponíveis em toda parte, entendendo recursos como, além dos materiais, mas principalmente talentos.

Na Filosofia Elos transformar o espaço externo, inspira e alimenta a transformação do interno: a materialização estimula e relembra que podemos realizar nossos sonhos.

Além das crenças, a Filosofia Elos constrói um caminho para realização do sonho de um grupo de pessoas, orientada em sete disciplinas: o olhar; o afeto; o sonho; o cuidado; o milagre; a celebração e a re-evolução.

Objeto de estudo: Residencial Sirius e Vila Abaeté

O Residencial Sirius possui 2.620 unidades habitacionais em 131 edifícios de térreo mais quatro pavimentos, distribuídos em 15 condomínios. Segundo relatório da Companhia de Habitação Popular de Campinas – COHAB Campinas, a população do conjunto soma aproximadamente 10.500 pessoas. Segundo o diagnóstico urbanístico, em relação aos serviços públicos para a população não foi construído nenhum equipamento público para o atendimento específico da demanda do conjunto, sendo que a única área institucional do conjunto continua sem utilização. Portanto, os equipamentos de educação, saúde, assistência social, esporte e cultura utilizados pelos moradores localizam-se em outros bairros mais distantes.

O Residencial Vila Abaeté é composto por 1888 moradias distribuídas em 12 condomínios, que por sua vez são compostos por edifícios de 4 pavimentos com 16 apartamentos, cada um com dois dormitórios, sala, cozinha, banheiro, lavanderia e corredor, numa área total de 41,83 metros quadrados, além de uma vaga de garagem. A população estimada do residencial é de 7552 habitantes.

Uma característica marcante é a quantidade de hortas implantadas pelos próprios moradores e o cuidado com as áreas condominiais, com jardins e parquinhos infantis.

As áreas públicas de ambos os loteamentos ainda estão sem equipamentos implantados, tanto as do sistema de lazer quanto as institucionais. Os moradores dos dois residenciais tem dificuldade no acesso a creches e equipamentos de saúde e esporte e lazer. O empreendimento situa-se contíguo a mais importante região de produção agrícola da cidade, denominada Pedra Branca que produz frutas para exportação.

A falta de serviços e equipamentos públicos aliada a baixa qualidade construtiva dos empreendimentos e a sua inserção na malha urbana, fazem com que a população tenha ainda mais dificuldade de se adaptar à nova moradia. Toda mudança gera um impacto, e no caso da mudança de moradia, o impacto é bastante significativo na vida dos envolvidos, uma vez que estão em locais diferentes e sem vínculo, nem com o espaço e muito menos com a vizinhança. Isso faz com que não haja um senso de comunidade e identidade das pessoas com o lugar. Essa não identidade, muitas vezes acarreta em não cuidado com os espaços coletivos, que já são

deficientes, e isso acaba por ocasionar em um problema social maior. Faltam áreas destinadas para o comércio nesses residenciais, o que incita a proliferação de estabelecimentos informais no entorno dos bairros.



Figura 2 - Foto do Residencial Sirius: aparecimento de comércio informal em forma de barracos. Fonte: Jonathas Magalhães, 2013.

Metodologia

Esse artigo baseia-se na metodologia da observação participante, no qual a primeira autora atuou junto à Equipe da Escola de Transformação colaborando ativamente nas atividades e, ao mesmo tempo em que observava toda a dinâmica do processo. Após, é feito o registro em caderno de campo, análise e reflexão crítica.

A metodologia adotada pela Escola da Transformação nas vivências nos residenciais foi o jogo Oásis⁹. Desenvolvida pelo Instituto Elos, é um jogo que envolve e convida os participantes a conhecerem as belezas e talentos através de um olhar apreciativo e assim, junto

⁹ O Jogo Oasis é uma ferramenta de apoio à mobilização cidadã para a realização de sonhos coletivos. Composto por jogadores e comunidade, o jogo considera uma definição ampla de comunidade que envolve diversos atores, como moradores, ONGs, governo local, lideranças e empresas. Concebido para ser de uso livre e praticado de forma totalmente cooperativa, para que todos, juntos, realizem algo em comum, o Oasis propõe regras que permitem a vitória de todos, sem exceção. (<http://institutoelos.org/jogo-oasis/>)

à comunidade realizar ações concretas para o bairro, de forma participativa, divertida e, de preferência, sem ou custo baixo. A vivência é baseada em sete disciplinas e ao longo dela os participantes vivenciam uma a uma, são elas: o olhar; o afeto; o sonho; o cuidado; o milagre; a celebração e a re-evolução.

A partir do diagnóstico urbanístico realizado pela DEMACAMP, foi possível fazer a análise urbanística do empreendimento, percebendo a relação de algumas questões que estão diretamente ligadas à problemas sociais, como, por exemplo, a falta de equipamentos públicos e áreas de lazer. Entendemos que os problemas causados nas comunidades como violência e a presença de drogas no local, esteja diretamente ligada a essas carências supracitadas.

O diagnóstico realizado e finalizado em janeiro do ano de 2017 foi validado junto aos moradores do Residencial em forma de apresentação com a participação da população em cada condomínio.



Figura 3 - Orquídeas D1

A estratégia de ação está sendo feita em forma de curso da Escola de Transformação para Comunidades Empreendedoras no âmbito do DIST II – Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território, nos três empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida em Campinas. Este artigo foca no processo realizado no Residencial Sírius, que é o segundo maior empreendimento, mas o que possui maior número de moradores.

O processo de mobilização das comunidades na Escola de Transformação é baseada na Vivência Oásis. Cada vivência acontece em um processo de oito dias em um bairro, em atividades que acontecem em sua maioria no período integral, intercalando exercícios práticos, vivências, teorias, rodadas reflexivas, com momentos de interação direta com a comunidade e “mão na massa”.

A Vivência Oásis, é aberta a todos aqueles que querem participar e se engajar para auxiliar no processo de transformação da comunidade, pode ser ou não morador da comunidade. A ideia é que os participantes experimentem uma maneira dinâmica e viva de engajar comunidades na implementação de soluções colaborativas, de modo que possam aplicar novas práticas em seu trabalho e vida pessoal. Outro objetivo é o de introduzir aos participantes a “Filosofia Elos” e o “Jogo Oásis”, como oportunidade de cultivar comunidades e impulsionar processos de desenvolvimento local.

Na formação são utilizadas uma série de ferramentas didáticas próprias ou apropriadas – de uso livre, que são as chamadas: tecnologias sociais ou sementes. Algumas delas são os jogos cooperativos, open space, world café, mutirão, danças circulares e rede distribuidora.

Importante estratégia da Escola de Transformação é o engajamento e “a mobilização de pessoas de uma rede de influência da comunidade para qual será oferecida a participação nas principais atividades formativas e eventos como forma engajar parceiros, que devido as experiências e histórias compartilhadas com os moradores, constroem vínculos afetivos e assumem para si a causa de transformação dessas comunidades”.

Resultados

Foi realizada uma vivência Oásis em cada residencial e, de acordo com as possibilidades de cada local, foram decididos juntos aos moradores o que seria feito. No Residencial Sirius e na Vila Abaeté, as vivências aconteceram no mesmo final de semana, em fevereiro, então foram realizados alguns encontros periódicos para organização e mobilização das pessoas e dos materiais, e em duas semanas os moradores junto com outros participantes foram atrás de materiais e recursos para conseguir realizar, em um final de semana o mutirão. No Jardim Bassoli a vivência Oásis aconteceu em um final de semana e no outro já era o mutirão. Mesmo sendo pouco tempo para mobilização, os participantes conseguiram se mobilizar e no dia foi o que mais teve participação dos moradores.

Na Vila Abaeté foi sonhado e realizado um grande plantio de árvores, nos canteiros centrais, além de mobiliário de madeira. No Residencial Sirius, foi melhorado um espaço comunitário, através de pintura no local, colocação de sombrite, construção de brinquedos para as crianças, plantio de algumas árvores e mobiliário de madeira. No Jardim Bassoli, foram melhorados alguns brinquedos do parquinho das crianças, colocados alguns equipamentos de academia para jovens, instalação de mesas de dama com bancos de concreto, pintura da quadra, plantio de árvores, entre outras atividades.

Algo interessante que foi observado foi que, durante as atividades internas de jogos etc, a participação dos moradores era bem menor do que as atividades externas de mutirões, onde as pessoas colocavam efetivamente a “mão-na-massa”.

No contexto da Escola de Transformação foram convidados moradores dos 15 conjuntos do residencial Sirius e dos 12 condomínios da Vila Abaeté, além de outras pessoas de Campinas para construir e estruturar relações afetivas através do olhar apreciativo e exaltação dos talentos, belezas e recursos já presentes e essenciais na materialização de sonhos coletivos. As duas vivências aconteceram simultaneamente no final de janeiro e início de fevereiro deste ano. Contamos com a participação de 20 a 30 pessoas em cada comunidade, entre eles colaboradores de instituições públicas e organizações sociais, moradores dos residenciais, profissionais interessados em conhecer a metodologia e estudantes de arquitetura. Nos encontros abertos, houve participação de, em média 200 pessoas em cada residencial.

No Residencial Sírius durante o mutirão, houve criação de um espaço comunitário para os moradores, construção de mobiliário de madeira móvel, biblioteca, brinquedoteca, pintura, construção de brinquedos e jogos além do paisagismo e plantio de mudas de arbustos e ervas aromáticas. Na Vila Abaeté foi realizado o paisagismo do bairro com corte de grama, limpeza dos canteiros, plantio de mudas arbustivas e palmeiras e construção de bancos de madeira para a futura praça da entrada do bairro.



Figura 4 - Sírius – Espaço Comunitário



Figura 5 – Abaeté, Canteiros

Antes de iniciar o jogo Oasis, no dia 27/01, os participantes da Vivência exercitaram o olhar para si mesmos e a conexão com o outro em uma experiência desafiadora que estimula o trabalho em equipe, foram feitas algumas atividades de introspecção e mescladas com alguns jogos cooperativos durante o dia.



Figura 6 - O olhar

O primeiro passo da Filosofia Elos é o Olhar. Esse é o momento de desenvolver a busca pela abundância, exercitando o olhar apreciativo e a percepção sensorial. Após orientações, os participantes exercitam a visão de abundância no entorno dos condomínios a partir do reconhecimento das belezas e recursos através do exercício. Foram identificadas belezas como: parquinhos dos condomínios, jardins bem cuidados, cortinas coloridas nas janelas, diversidade de pessoas e a paisagem rural. Alguns recursos observados foram as brincadeiras infantis abundantes, horta, espaços livres, o comércio local e material reciclável.

O passo seguinte foi de estabelecer conexão através do afeto: encontrar a pessoa por trás das belezas e dos recursos, conhecer as histórias e a cultura do local. Depois de descobrir belezas, recursos e talentos, os participantes da vivência são convidados a conversar com a comunidade sobre seus sonhos. É um momento de muita conexão, onde os participantes da formação criam espaços para que todas as pessoas expressem suas melhores e mais profundas aspirações coletivas, indo além da prática comum de identificar problemas. Quanto mais genuíno, profundo e precioso é o sonho para a comunidade, maior apoio ele tem por parte de toda a comunidade.



Figura 7 - O sonho

Identificados os sonhos comuns, o passo seguinte é o de projetarem juntos os que serão realizados nos dias de mão na massa. É também nesse passo que ocorre a mobilização de recursos, quando os participantes da formação, moradores e apoiadores pensam juntos sobre parcerias e materiais que possam ser usados durante o mutirão e correm atrás destas parcerias. Nesse momento os participantes fazem maquetes juntos afim de visualizarem o que será construído.

Os encontros trouxeram grandes aprendizados para todos, uma vez que exigiu muito o exercício de escuta, compreensão das diferentes opiniões, busca por consenso nos temas polêmicos e integração das atividades que atingem a diversidade nos grupos etários da comunidade.

A etapa do Milagre convida mobilizadores, comunidade e voluntários a colocar a mão na massa para materializarem os sonhos. Por meio do Jogo Oasis, todos se dividem em grupos e definem frentes de trabalho. O convite foi para que cada pessoa oferecesse seus talentos. Ao final do dia, foi visível o poder do coletivo em ação.

Uma das maiores dificuldades encontradas em todo o processo foi a de conseguir que mais moradores se engajassem nas atividades. Mesmo com uma tímida adesão das

comunidades, tudo aconteceu de forma bastante positiva, com uma grande repercussão nos empreendimentos.



Figura 7, 8 e 9

Conclusões

Como um direito, todos devem ter acesso a moradia digna, entendendo que “moradia é uma mercadoria especial [...] ela demanda terra urbanizada” (MARICATO, 2011: p.119). Segundo Maricato, terra urbana é aquela:

[...] servida por infraestrutura e serviços (rede de água, rede de esgotos, rede de drenagem, transporte, coleta de lixo, iluminação pública, além dos equipamentos de educação, saúde, etc). Ou seja, a produção da moradia exige um pedaço de cidade e não de terra nua (Maricato, 2011: p.119).

Equipar a terra com serviços e um sistema viário integrado são fundamentais, além do melhoramento das moradias existentes, com investimentos públicos. Promover a habitação é também promover a urbanização, transformando núcleos habitacionais integrados à malha urbana, dotados de saneamento e infraestrutura básica, com a melhoria do padrão das moradias.

Enquanto o Poder Público se omite em dar uma moradia de fato digna a essa população, o tempo passa e a vida não espera. Esse trabalho se mostra mais do que um benefício para essa população, mas algo realmente transformador, que traz uma nova perspectiva de ação em conjunto.

Por mais desafiador que seja trabalhar nesse cenário, a união das pessoas engajadas no projeto da Escola de Transformação, faz com que algumas mudanças sejam realmente efetivas.

Quando se dá apoio às pessoas e elas se sentem parte do processo, abre-se uma possibilidade de criação de identidade, de reconhecimento e capacidade de transformação. A Agenda DIST além de incentivar e apoiar as mudanças, propõe auxiliar a participação e engajamento dos moradores para conseguirem reivindicar os seus direitos enquanto cidadãos, não apenas reivindicar as mudanças junto ao Poder Público, mas de fato realizar essas mudanças no seu próprio bairro.

Ainda que incipiente e em andamento, podemos perceber a grande diferença nos bairros em que a Escola de Transformação está atuando. Esse foi apenas o primeiro passo, o projeto tem mais um ano de atuação nos territórios com perspectivas bastante positivas de transformação, tanto dos bairros como dos moradores e participantes do projeto.

Agradecimentos

Esta pesquisa não seria possível sem o fundamental apoio da DEMACAMP e do Instituto Elos, além do apoio da CAPES: PROSUP.

Referências

- Caixa Econômica Federal, Diagnóstico Urbanístico dos Empreendimentos do Minha Casa Minha Vida. 2016/7
- Dias. E. C. e Castelo A. M. 'O Minha Casa Minha Vida quatro anos depois', Conjuntura da Construção SindusCon-SP e Fundação Getúlio Vargas- FGV. março 2013.4-5.
- Ferreira, J. S. W. Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano. São Paulo: FUPAM, 2012.
- Globo, Jornal EPTV. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/jornal-da-eptv/videos/v/moradores-do-jardim-bassoli-reclamam-de-apartamentos-entregues-em-campinas/2332726/>
- Gonçalves. R. e .Castelo. A. M. 'A dinâmica setorial no período 2007-2011', Conjuntura da Construção. SindusCon-SP e Fundação Getúlio Vargas- FGV, Setembro 2013. 12-15.
- Guia de Referência: Implementação de Projetos DIST, 2016
- Maricato, E. (2011) O impasse da política urbana no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Harvey, D. (1980) A justiça social e a cidade. São Paulo: HUCITEC.
- _____. (2011) Le Capitalisme contre le droit à la ville: Néolibéralisme, urbanisation, résistances. Éditions Amsterdam, Paris.
- Ribeiro, Wagner Costa. (2008) Impactos das mudanças climáticas em cidades no Brasil. Parcerias Estratégicas, Brasília, n.27.

- Singer, A. (2012) Os sentidos do lulismo: Reforma Gradual, Pacto Conservador. (Companhia das Letras, São Paulo)
- Speck. B. W. Cervi. E.U. Dinheiro, Tempo e Memória Eleitoral: Os Mecanismos que Levam ao Voto nas Eleições para Prefeito em 2012 Dados vol.59 no.1 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2016 <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201671> [13] INSTITUTO ELOS, Manual do Participante: Vivência Oásis. S/ data.